



SIMPÓSIO DE INTEGRAÇÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

VIAGEM ANCESTRAL A experiência de resgate de saberes na Bahia

Alice Watson Queiroz¹
Millena Ferreira Coelho²
Hellen Victória Souza Dutra³
Ana Katharina Navarro⁴

RESUMO: O presente artigo apresenta os resultados do projeto de extensão “Viagem Ancestral”, realizado entre outubro de 2024 e março de 2025 com estudantes do Curso Técnico em Eventos Integrado ao Ensino Médio do IFB – Campus Brasília. A iniciativa buscou promover a valorização dos saberes ancestrais dos povos indígenas, articulando educação, turismo e sustentabilidade. Com foco na etnia Tupinambá, o projeto envolveu visita técnica à Aldeia Tukum (Oliveira-BR), entrevistas, rodas de conversa com lideranças indígenas, produção de um documentário (ainda em fase de finalização) e criação de um blog educativo. As alunas participaram ativamente de todas as etapas, desde o planejamento e captação de recursos até a produção audiovisual e apresentações públicas. O projeto também promoveu trocas em outros campi da Rede Federal, como o Campus Uruçuca- IFBaiano e o Campus Salvador- IFBA e foi reconhecido com menção honrosa no Prêmio Criativos da Escola + Natureza, iniciativa do Instituto Alana que, em 2025, recebeu 1.593 inscrições, mobilizando mais de 60 mil estudantes e 5 mil educadores de 738 municípios em todo o país. A experiência demonstrou o potencial do Ensino Médio Integrado como espaço de formação crítica e emancipada e das viagens como potente ferramenta de aprendizagem.

Palavras-chave: saberes ancestrais, turismo em terras indígenas, educação emancipadora, ensino médio integrado, protagonismo juvenil.

ABSTRACT: This paper presents the outcomes of the extension project "Viagem Ancestral" (Ancestral Journey), carried out from October 2024 to March 2025 with students from the Integrated High School Technical Course in Events at IFB – Campus Brasília. The initiative aimed to promote the recognition of indigenous ancestral knowledge by linking education, tourism, and sustainability. Centered on the Tupinambá people, the project included field visits to the Tukum Village (Oliveira-BR), interviews, dialogue circles with indigenous leaders,

¹ bacharel em Comunicação Social- habilitação em jornalismo e Mestre em Turismo, ambos pela Universidade de Brasília (UnB), é docente do Instituto Federal de Brasília (IFB). Email: alice.watson@ifb.edu.br

² aluna do Curso Técnico em Eventos Integrado ao Ensino Médio do IFB- Campus Brasília e integrante do Projeto “Viagem Ancestral” desde 2023.

³ aluna do Curso Técnico em Eventos Integrado ao Ensino Médio do IFB- Campus Brasília e integrante do Projeto “Viagem Ancestral”

⁴ aluna do Curso Técnico em Eventos Integrado ao Ensino Médio do IFB- Campus Brasília e integrante do Projeto “Viagem Ancestral” desde 2023. Email: Navarroanaa.kathw@gmail.com

documentary production, and the creation of an educational blog. Students led all stages of the project, from planning and fundraising to audiovisual production and public presentations. The project also fostered exchange between Federal Network campuses and was awarded an honorable mention in the national Criativos da Escola + Natureza Prize. The experience showcased the transformative potential of Integrated High School Education as a space for critical and emancipatory learning.

Keywords: ancestral knowledge, indigenous tourism, emancipatory education, integrated high school, youth protagonism.

INTRODUÇÃO

O projeto "Viagem Ancestral" surgiu em março de 2023, durante as aulas do Curso Técnico em Eventos Integrado ao Ensino Médio (EMI Eventos) do Instituto Federal de Brasília (IFB), como uma proposta para expandir as experiências dos estudantes através de viagens culturais. Inicialmente inspirados por histórias de uma professora, os alunos decidiram realizar uma viagem para a Chapada dos Veadeiros, com foco no evento Aldeia Multiétnica. A partir dessa vivência, os participantes aprofundaram seus conhecimentos sobre culturas indígenas, resultando na produção de um documentário e na ampliação da conscientização sobre a importância dos saberes ancestrais. Para a produção do documentário, o projeto foi aprovado no Edital Pipa de 2023 e o resultado pode ser conferido neste [link](#).

A experiência inicial do projeto *Viagem Ancestral* evidenciou uma realidade preocupante: apesar da existência da **Lei nº 11.645/2008**, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica, a maior parte das estudantes envolvidas desconhecia aspectos fundamentais sobre os povos indígenas brasileiros.

Relatos recorrentes revelaram que esses temas eram pouco ou superficialmente abordados ao longo de sua trajetória escolar — quando não completamente ausentes. A legislação em questão representa um marco legal no combate ao racismo estrutural e na valorização da diversidade cultural no ambiente escolar. No entanto, sua efetiva implementação ainda está longe de ser uma realidade consolidada. Dados recentes do Ministério da Educação (MEC), em parceria com a UNESCO, revelam que apenas 26% das escolas possuem estrutura específica para Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER).

Menos de 34% utilizam materiais didáticos ou paradidáticos voltados à temática, e somente 20,6% contam com orçamento destinado à implementação de políticas de equidade racial. Além disso, apenas 15,5% possuem equipes específicas para atuar com essas políticas.

Esses números indicam que, embora a legislação esteja em vigor há mais de 15 anos, a maioria das instituições de ensino ainda não a incorporou de forma sistemática e contínua em seus projetos pedagógicos.

Entre os principais entraves à sua aplicação destacam-se a falta de formação docente específica, a escassez de materiais didáticos adequados e a fragilidade do apoio institucional por parte das redes de ensino. Em muitas escolas, os conteúdos são tratados de forma pontual — restritos a datas comemorativas como o Dia do Índio ou da Consciência Negra — e sem integração real ao currículo. Esse cenário compromete a construção de uma educação plural, inclusiva e capaz de formar sujeitos críticos e conscientes da diversidade sociocultural brasileira.

Diante desse contexto, o projeto *Viagem Ancestral* se apresenta como uma resposta concreta a essas omissões curriculares, ao promover vivências imersivas e interculturais com comunidades indígenas. Por meio de viagens formativas, rodas de conversa, entrevistas, oficinas e registros audiovisuais, o projeto ultrapassa os limites da sala de aula e propõe uma experiência pedagógica profunda, que integra os saberes tradicionais ao cotidiano escolar e à formação técnica em turismo e eventos.

Mais do que cumprir uma exigência legal, o projeto se insere na perspectiva de uma educação emancipadora, na qual os saberes indígenas não são tratados como "conteúdos adicionais", mas como formas legítimas de conhecimento, ciência e cultura. Trata-se de uma ação que, ao mesmo tempo em que denuncia a ausência da implementação da Lei 11.645/2008, oferece caminhos viáveis e transformadores para que ela se torne efetiva — por meio do protagonismo estudantil, do diálogo interinstitucional e da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Nesta perspectiva, em novembro de 2023, o projeto evoluiu para uma nova viagem ao Mato Grosso do Sul, onde os estudantes puderam explorar o bioma Pantanal, interagir com comunidades indígenas e discutir temas como agroflorestas e a preservação cultural. No ano seguinte, o projeto *Viagem Ancestral* ganhou o edital de extensão 7/2024, com recursos para bolsas e de bens de consumo. Neste formato, teve como objetivo central promover a troca de experiências acadêmicas e culturais na área de eventos, entre cursos da Rede Federal vinculados ao eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer, com ênfase na valorização dos saberes ancestrais dos povos indígenas e suas contribuições para uma educação emancipadora e um

desenvolvimento sustentável. Para realizar esse objetivo, a equipe planejou uma viagem de intercâmbio acadêmico e cultural para a Bahia, com o objetivo de estudar o turismo em terras indígenas e eventos tradicionais.

A viagem foi realizada em dezembro de 2024 e a proposta incluiu a apresentação do documentário produzido e do Plano Pedagógico de Curso (PPC) Inovador do EMI Eventos para o IFBaiano e IFBA. Acreditamos que a proposta do nosso PPC Inovador, que visa à autonomia, criatividade, habilidades individuais e coletivas e preparação para o mundo do século XXI, pode ser uma referência de nova prática pedagógica para a educação no Brasil. Levar esse conhecimento para outras escolas e educadores é contribuir para que a educação no Brasil seja cada vez mais eficaz e diversificada. Um processo de ensino e aprendizagem que realmente prepara o estudante para a vida, não só no âmbito profissional, mas também para o convívio em sociedade

Além de apresentar o PPC e o documentário, durante a viagem, as alunas focaram na criação de conteúdos para um blog e vlog, visando disseminar o conhecimento adquirido. A iniciativa buscou envolver estudantes, educadores e produtores de eventos, promovendo uma educação mais inclusiva e consciente da diversidade cultural. O projeto "Viagem Ancestral" não apenas enriquece a formação dos participantes, mas também contribui para a valorização dos saberes indígenas e para práticas de turismo sustentável.

REFERENCIAL TEÓRICO

A legislação brasileira sobre turismo em terras indígenas passou por importantes avanços na última década, especialmente com a publicação da Instrução Normativa nº 3/2015 da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Esta normativa estabelece diretrizes para a visitação turística em terras indígenas, priorizando o protagonismo das comunidades na organização, gestão e tomada de decisões sobre as atividades turísticas. A regulamentação prevê que o turismo só pode ocorrer mediante aprovação das próprias comunidades, respeitando seus modos de vida, tradições e a necessidade de que os benefícios gerados sejam distribuídos de forma coletiva (Funai, 2025). Além disso, contratos e parcerias com terceiros devem ser registrados na Funai, garantindo transparência e proteção dos direitos indígenas.

O turismo de base comunitária (TBC) emerge como modelo central para a promoção de experiências autênticas e sustentáveis em territórios indígenas. Esse modelo valoriza a participação ativa das comunidades em todas as etapas do processo turístico, desde o planejamento até a execução e avaliação das atividades. A repartição justa dos benefícios, a preservação dos saberes ancestrais e o fortalecimento das identidades culturais são princípios fundamentais do TBC, que se opõe a práticas exploratórias e à mercantilização superficial das culturas indígenas. A importância do turismo de base comunitária para os povos indígenas reside, sobretudo, na capacidade de promover autonomia, etnodesenvolvimento e protagonismo social. O TBC é um dos objetivos de aprendizagem da Área Técnica no currículo do EMI Eventos.

Ao permitir que as próprias comunidades definam as regras e os limites da atividade turística, o TBC contribui para a afirmação dos direitos territoriais, o fortalecimento das organizações locais e a transmissão dos saberes tradicionais às novas gerações. Além disso, iniciativas de turismo de imersão, como o projeto Viagem Ancestral, reforçam o papel da educação intercultural e do diálogo entre saberes, aproximando estudantes do ensino médio dos conhecimentos ancestrais e das práticas sustentáveis que fundamentam a relação dos povos indígenas com seus territórios

Além disso, a inserção de temas relacionados aos povos indígenas e comunidades tradicionais nos cursos de Turismo e Eventos é fundamental para a construção de uma formação mais inclusiva, crítica e comprometida com a sustentabilidade. Ao integrar os saberes ancestrais ao currículo, amplia-se o horizonte epistemológico das estudantes e fortalece-se a compreensão do turismo como uma prática que deve respeitar e valorizar a diversidade cultural. Esses saberes, transmitidos ao longo de gerações, são essenciais não apenas para a preservação da biodiversidade e das identidades coletivas, mas também para repensar formas éticas e responsáveis de atuação profissional.

Profissionais formados com essa perspectiva estão mais preparados para interagir com comunidades locais de modo sensível e respeitoso, reconhecendo-as como protagonistas e detentoras de conhecimentos próprios, e não como simples objetos de consumo turístico. Além disso, a abordagem dos saberes tradicionais contribui para uma educação emancipadora, na medida em que promove a reflexão crítica sobre as práticas do setor e incentiva o engajamento com questões sociais, ambientais e territoriais. O turismo em territórios indígenas e

quilombolas, quando pautado pelo respeito e pela participação comunitária, tem potencial para gerar benefícios significativos, tanto no fortalecimento da cultura quanto no desenvolvimento local. A valorização dessas práticas no contexto formativo ajuda a evitar processos de exploração simbólica e econômica, ao mesmo tempo em que garante que os benefícios do turismo sejam distribuídos de forma justa e coletiva.

Dados recentes reforçam a importância dessa abordagem. O Relatório Anual da Embratur aponta um crescimento de 15% na procura por experiências de turismo étnico e comunitário nos últimos cinco anos, evidenciando uma demanda crescente por vivências culturais autênticas. Um estudo do Instituto Socioambiental (ISA) revela que o turismo em territórios indígenas e quilombolas gerou, entre 2017 e 2022, um aumento médio de 20% na renda das comunidades envolvidas. Iniciativas reconhecidas pelo Selo Turismo Responsável, por sua vez, demonstram o alinhamento dessas práticas com a conservação ambiental e o respeito aos modos de vida tradicionais.

A escolha da Bahia como território para uma das viagens formativas do projeto *Viagem Ancestral* não foi aleatória. O estado representa um dos maiores mosaicos de diversidade cultural do país, abrigando uma rica presença de comunidades indígenas — como os Pataxó, Tupinambá e Kaimbé — e quilombolas — como os quilombos de Quingoma e Kalunga. Essas comunidades guardam heranças históricas, espirituais, ambientais e simbólicas de enorme relevância para o repensar do turismo e da produção de eventos em uma perspectiva decolonial e inclusiva.

Além disso, dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) indicam um crescimento de 25% no número de visitantes em comunidades tradicionais da Bahia entre 2020 e 2023, apontando para a valorização crescente desse tipo de experiência. Iniciativas como o Projeto de Turismo de Base Comunitária (TBC) têm atuado no fortalecimento das economias locais, na geração de renda e no reconhecimento de práticas tradicionais como fundamentais para o desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, incluir o diálogo com os povos indígenas e tradicionais na formação técnica em Turismo e Eventos é mais que uma inovação pedagógica — é um compromisso ético com a justiça social, a sustentabilidade e a pluralidade de saberes que compõem o Brasil. A Bahia, por sua riqueza histórica e cultural, configurou-se como território privilegiado para

dar início a essa jornada formativa, proporcionando às estudantes vivências transformadoras e articuladas com as necessidades do mundo contemporâneo.

METODOLOGIA

A metodologia do projeto foi executada em várias etapas interdependentes. Inicialmente, foi realizado o mapeamento de Institutos Federais (IFs) que ofertam cursos na área de eventos e/ou no eixo de turismo, hospitalidade e lazer, com a identificação de campi que possuíam alojamento e refeitório para apoio logístico. Em paralelo, foi feita uma pesquisa sobre as etnias presentes nos territórios a serem visitados, com a elaboração de um roteiro de pesquisa contendo as questões a serem abordadas nas entrevistas.

As estudantes se organizaram em comissões de trabalho (audiovisual, cerimonial, comunicação, finanças, entre outras) e construíram um plano coletivo com cronograma específico para cada frente. A organização dos detalhes essenciais da viagem — como a seleção de restaurantes, o contato com motoristas e campi parceiros — antecedeu o agendamento das visitas com comunidades indígenas e a estruturação das entrevistas com indígenas e turistas.

Durante a viagem, realizada em dezembro de 2024, foram feitas entrevistas presenciais e registros audiovisuais com povos indígenas, educadores e visitantes. As comissões de audiovisual e reportagem ficaram responsáveis por documentar as atividades em campo. Após o retorno, a equipe organizou os materiais coletados para fins de sistematização e divulgação. Foram desenvolvidos produtos como o blog Viagem Ancestral, conteúdos para vlog, site e canal no YouTube, além de esboços para artigos acadêmicos e relatórios técnicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do projeto Viagem Ancestral, especialmente no período de outubro de 2024 a março de 2025, demonstram o impacto concreto e simbólico que ações de extensão podem provocar quando articulam protagonismo discente, saberes tradicionais e práticas pedagógicas emancipatórias. A imersão formativa realizada na Bahia — com foco na Aldeia Tukum (etnia Tupinambá) e visitas aos campi IFBaiano e IFBA — gerou não apenas produtos materiais (vídeos, blog, eventos), mas também transformações subjetivas profundas nas estudantes e professoras envolvidas. Como exemplo deste impacto, podemos destacar a aula sobre a invasão portuguesa na Bahia sob a perspectiva indígena que o cacique Ramon nos deu

por mais de duas horas. Na ótica colonialista presente em muitos dos nossos livros de história, este episódio é chamado de “descoberta do Brasil”.

A produção de 12 horas de entrevistas para um segundo documentário do projeto, viabilizado pelo Edital PIPA 2/2025, representa não apenas um resultado técnico, mas um registro valioso de vozes indígenas que raramente encontram espaço nos materiais educacionais convencionais. As falas do cacique Ramon e de sua esposa, Nádia, por exemplo, trazem à tona questões sobre território, memória, espiritualidade e resistência, conectando o projeto às discussões mais amplas sobre decolonialidade, educação indígena e turismo de base comunitária.

O lançamento [do blog](#) e a criação do canal no YouTube — com mais de 600 visualizações — demonstram o compromisso com a socialização do conhecimento produzido, indo além do ambiente escolar e alcançando a comunidade externa. Essas ferramentas digitais também dialogam com os referenciais de Aprendizagem Experiencial (Kolb, 2015), ao transformar vivências concretas em reflexão crítica e produção de conteúdo.

A realização da mostra *Turismo e Eventos em Terras Indígenas*, no IFB Campus Brasília, em fevereiro de 2025, reuniu mais de 100 participantes e consolidou o projeto como espaço legítimo de formação continuada, articulação institucional e diálogo intercultural. O reconhecimento nacional por meio da menção honrosa no Prêmio Criativos da Escola + Natureza, do Instituto Alana, entre mais de 1.500 projetos inscritos, reforça o caráter inovador e relevante da iniciativa no cenário educacional brasileiro.

Um dos aspectos mais potentes do projeto foi a captação autônoma de recursos pelas alunas, que organizaram bazares, rifas e vendas de doces para custear a alimentação e hospedagem da viagem. Essa mobilização reflete um aprendizado concreto em planejamento, gestão de projetos e cooperação, habilidades essenciais para futuras profissionais da área de eventos e turismo. Tal engajamento também evidencia a capacidade do projeto de articular teoria e prática, formando sujeitos ativos na resolução de problemas.

Por fim, é importante destacar que, além dos produtos visíveis e quantificáveis, o *Viagem Ancestral* promoveu ganhos subjetivos e coletivos expressivos. O envolvimento das estudantes em todas as etapas do projeto — do planejamento à execução e análise — fortaleceu competências como liderança, empatia, escuta ativa e comunicação intercultural. Esses elementos, ainda que de difícil mensuração, são centrais para uma formação integral e

transformadora. Entendemos como formação integral aquela que considera o ser humano em todas as suas dimensões: cognitiva, afetivo-social, físico-motora, cultural, psicológica e espiritual.

Dessa forma, os resultados obtidos não apenas cumprem os objetivos propostos inicialmente, como também demonstram o potencial da extensão como espaço pedagógico privilegiado para operacionalizar as diretrizes da Lei 11.645/2008, promover justiça curricular e ressignificar a relação entre escola, território e saberes tradicionais.

CONCLUSÕES

O projeto *Viagem Ancestral* teve início como uma proposta de Projeto Integrador, componente curricular do Curso Técnico em Eventos, e, ao longo de três anos, consolidou-se como uma potente ação formativa. Nesse período, conquistou três editais de fomento — dois voltados à pesquisa e um à extensão — e recebeu menção honrosa em prêmio nacional, promovido pelo Instituto Alana, entre mais de 1.500 projetos inscritos. Esse reconhecimento demonstra que, quando o processo de aprendizagem parte dos interesses, contextos e inquietações das estudantes, ele se torna mais ágil, profundo e transformador.

O projeto surgiu em 2023, no primeiro ano de implementação do Plano Pedagógico de Curso (PPC) Inovador, que prevê a autonomia das estudantes e incentiva o estudo autônomo e investigativo. Desde o início, buscou-se romper com o modelo tradicional de ensino, deslocando o professor do centro da aprendizagem e colocando a aluna como protagonista. Essa proposta, ainda incômoda para muitos docentes, exige abandonar o lugar de “detentor do conhecimento” para construir o saber em parceria com os estudantes, em um processo horizontal, colaborativo e afetivo.

A gênese do projeto reflete exatamente esse espírito. Inicialmente, duas professoras — uma da área propedêutica e outra da área técnica — planejavam realizar uma feira de intercâmbio. Paralelamente, as alunas expressaram o desejo de realizar uma viagem. O acordo pedagógico foi estabelecido: a viagem aconteceria se houvesse uma justificativa consistente, e as estudantes assumissem a organização completa da experiência, incluindo a captação de recursos.

Foi na busca por essa justificativa que o grupo se deparou com uma lacuna fundamental no currículo escolar: a ausência dos saberes indígenas e tradicionais. A partir dessa descoberta, e com o estímulo das professoras, as estudantes mergulharam em estudos sobre etnias, eventos culturais, metodologias de pesquisa, captação de recursos e planejamento de viagens de campo — entre tantos outros conhecimentos que ultrapassam os limites das disciplinas.

Se o grupo tivesse seguido com a ideia inicial da feira, provavelmente teriam realizado um bom evento, mas com encerramento marcado pelo fim do calendário letivo. O *Viagem Ancestral*, no entanto, rompeu com essa lógica cíclica e limitada, e tornou-se um projeto vivo, com continuidade e impacto. Hoje, na quarta edição da viagem, as estudantes demonstram habilidades notáveis na gestão logística, especialmente no planejamento alimentar e organização em estrada — um feito impressionante para jovens que, até pouco tempo, estavam no 1º ano do curso e foram as primeiras, em sete anos de história do técnico em Eventos, a realizar uma experiência de campo com essa dimensão.

A partir do interesse genuíno das alunas, foi possível trabalhar não apenas os objetivos previstos para o Projeto Integrador, mas também antecipar competências técnicas que seriam desenvolvidas mais adiante na formação. O ritmo de aprendizagem se intensificou e, por iniciativa das próprias estudantes, o projeto segue em constante renovação. A cada edital, surgem novas propostas, roteiros e sonhos — porque é assim que a educação verdadeiramente acontece: quando nasce da afetividade do encontro e do sentido que damos àquilo que vivemos, muito além dos muros da escola.

Temos certeza de que as alunas que participaram do *Viagem Ancestral* levarão consigo aprendizados que nenhum livro é capaz de ensinar. A intimidade construída nas viagens, os vínculos entre professoras e alunas, e os desafios compartilhados ao longo do percurso produzem saberes para a vida toda. Trata-se de uma experiência que transforma não apenas o currículo, mas as pessoas envolvidas.

Referências bibliográficas:

ALANA, Instituto. **Nota Técnica: Lei 11.645/08**. Disponível em: https://alana.org.br/wp-content/uploads/2024/12/NOTATECNICA_lei11645.pdf. Acesso em: 01 jul. 2025.

BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (orgs.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2009. Disponível em: [arquivo PDF do usuário]. Acesso em: 27 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório da consultoria edital n. 04/2016 tor4/2016 perfil 01**. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/71351-produto-estudo-sobre-aplicacao-leis-10-639-2003-11-645-2008-pdf/file>. Acesso em: 02 jul. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 04 jul. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012. **Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 jun. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm. Acesso em: 05 jul. 2025.

CORBARI, Sandra Dalila; BAH L, Miguel; SOUZA, Silvana do Rocio de. **Legislação indigenista e perspectivas para o turismo em terras indígenas no Brasil**. Revista Turismo em Análise, v. 28, n. 1, p. 53-70, jan./abr. 2017. Disponível em: [arquivo PDF do usuário]. Acesso em: 20 jun. 2025.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio. Instrução Normativa nº 3, de 11 de junho de 2015. **Estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 jun. 2015. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=41&data=12/06/2015>. Acesso em: 07 jul. 2025.

IMAP – Instituto do Meio Ambiente e Patrimônio. **15 anos da obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena e afro-brasileira: avanços e desafios**. Disponível em: <https://imap.org.br/15-anos-da-obrigatoriedade-do-ensino-da-historia-e-cultura-indigena-e-afro-brasileira-avancos-e-desafios/>. Acesso em: 07 jul. 2025.

KOLB, David A. **Experiential learning: experience as the source of learning and development**. 2. ed. New Jersey: Pearson Education, 2015.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Portaria Interministerial nº 1.372, de 18 de agosto de 2014. **Institui Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de propor medidas e ações necessárias para regulamentar e desenvolver as atividades turísticas em terras indígenas**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 ago. 2014. Disponível em: http://www.lex.com.br/legis_25860029_PORTARIA_INTERMINISTERIAL_N_1372_DE_18_DE_AGOSTO_DE_2014.aspx. Acesso em: 25 de jun. 2025.

UNESCO. **Educação das relações étnico-raciais no Brasil: trabalhando com histórias e culturas africanas e afro-brasileiras nas salas de aula.** Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232103>. Acesso em: 07 jul. 2025.

VASCONCELOS, Débora Kelly Ferreira; ALVES, Patrícia Formiga Maciel. **As dificuldades de implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 no ambiente escolar.** *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 13, n. 2, p. 1-19, mai./ago. 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/download/69548/38632/337023>. Acesso em: 02 jul. 2025.